



## “TUDO O QUE FOGE ÀS NORMAS, QUE É FORA DO COMUM”: DISCUSSÕES SOBRE A HISTÓRIA DA LOUCURA NO BRASIL E NO MUNDO

Daniela Tamara Silva Moreira<sup>1</sup>; Júlia Fonseca da Silva<sup>2</sup>; Matheus Henrique Gomes de Souza<sup>3</sup>; Mariana Schuchter Soares<sup>4</sup>

1 Daniela Tamara Silva Moreira, Bolsista IFMG, 3º ano Integrado em Eletrotécnica, IFMG Campus Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete - MG; [danielatamara2018@gmail.com](mailto:danielatamara2018@gmail.com).

2 Júlia Fonseca da Silva, Bolsista IFMG, 3º ano Integrado em Eletrotécnica, IFMG Campus Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete - MG; [juliafonseca558@gmail.com](mailto:juliafonseca558@gmail.com).

3 Matheus Henrique Gomes de Souza, 3º ano Integrado em Mecânica, IFMG Campus Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete – MG, [matheushenriquesouzagomes@gmail.com](mailto:matheushenriquesouzagomes@gmail.com)

4 Mariana Schuchter Soares: Pesquisador do IFMG, Campus Conselheiro Lafaiete; [mariana.schuchter@ifmg.edu.br](mailto:mariana.schuchter@ifmg.edu.br)

### RESUMO

Este artigo tem como base pesquisas desenvolvidas no Projeto “Hospícios, manicômios, colônias, casas de acolhimento: discutindo saúde mental com base em questões históricas e sociais”, do Instituto Federal de Educação de Minas Gerais *campus* Conselheiro Lafaiete, com alunos do ensino médio integrado, e tem por objetivo discutir como as diferentes sociedades, ao longo do tempo, rotularam e apontaram seus doentes mentais com base em características variáveis, atribuindo-lhes funções distintas dentro dos grupos sociais e, desta forma, criando modos específicos de “ser louco”. Assim, traçamos uma linha do tempo. A partir de uma pesquisa bibliográfica, percorremos alguns períodos da história da humanidade e percebemos o quanto a concepção de loucura foi se transformando. Para isso, utilizamos como aporte teórico principalmente as obras de Amarante (1995), Foucault (2002), Mbembe (2003), Matias (2015), Vieira (2016) e Arbex (2019). Nossos resultados levaram a algumas conclusões. Na antiguidade clássica, por exemplo, muitas vezes o “louco” era considerado como um símbolo da pureza original, da humildade, da ingenuidade, o conhecedor de saberes inatingíveis aos homens comuns, munido de dons divinatórios. Depois, na Idade Média, a vertente mais aceita foi a demoníaca, já que o louco encarnaria o caos, a desordem, o pecado, a oposição ao equilíbrio da vida adulta e, portanto, digno de punição e/ou morte. No Renascimento, por volta dos séculos XVI a XVII, a loucura passou a ser vista como “ilusão”, uma vez que os indivíduos com transtornos mentais eram colocadas em instituições que abrigavam toda ordem de marginais: leprosos, prostitutas, ladrões, vagabundos, i.e., todos aqueles que simbolizavam ameaças à lei e à ordem social. Entre os séculos XVIII e XIX, por sua vez, a loucura passou a ser entendida como “desrazão”, e o “louco” passou a ser tratado como representante de risco e periculosidade social, o que significava que deveria ser isolado do convívio social. No século XX, a loucura passou a ser percebida como “alienação”, e surgiram práticas psiquiátricas como choques elétricos sem regulação de voltagem (que levaram muitos à morte), lobotomia (intervenção cirúrgica cerebral feita com um picador de gelo, que deixou muitas pessoas incapazes de se comunicar, andar ou se alimentar), entre outras. O hospício de meados do século XX, disfarçado de colônia, apresentava punições mascaradas de tratamento, segregação e milhares de mortes prematuras como consequências do abandono. Nos dias de hoje, após tantas mortes e condições, passamos por uma tentativa de reforma psiquiátrica, ainda em curso, buscando a prevenção e a promoção da saúde mental, bem como um tratamento humanizado para pessoas com



transtornos. Ainda, conforme verificamos, apesar de termos evoluído muito em termos científicos e políticos, há um longo caminho a ser percorrido para a completa transformação de preconceitos e ideias que perduram desde a Idade Média no imaginário da população em relação aos transtornos mentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da loucura; idade média; era moderna; reforma psiquiátrica; saúde mental.

## INTRODUÇÃO:

O título deste trabalho contém o termo “loucura”. Isso quer dizer que usamos esta palavra algumas vezes durante esta pesquisa, uma vez que está diretamente ligada a discussões sobre saúde mental ao longo da história. No entanto, primeiramente, é preciso entender o que a expressão representa em termos de significado.

De acordo com a definição do dicionário Aurélio (1986, p. 1049), loucura consiste em “um estado ou condição de louco; falta de discernimento; irreflexão, insensatez; tudo o que foge às normas, que é fora do comum”. No entanto, conforme afirma Bastide (1967), estabelecer a loucura como um modelo desviante de uma média geral exclui outras variantes. A adaptação social, portanto, não deve ser um critério de saúde, e aquele que se desvia de um padrão social não pode ser considerado como um doente mental.

Pode-se dizer que, conforme a cultura e o tempo histórico, ter um comportamento considerado desviante do padrão pode ser interpretado também como rebeldia, heresia ou crime. Ainda, é preciso considerar que o termo “normal”, como sinônimo de saúde, é muitas vezes utilizado de forma equivocada pelos indivíduos, i.e., como aquele que se encontra dentro de uma norma e, portanto, que se enquadra em determinadas médias e características (MATIAS, 2015). Tais médias e características, muitas vezes, têm como fundamento estereótipos e preconceitos, que se moldam cultural e socialmente, e se modificam ao longo do tempo, considerando que o que era comportamento padrão na idade média, por exemplo, é muito diferente do que o é na atualidade. Essas características também podem ser distintas de acordo com cultura, região, faixa etária, classe social, gênero, e até núcleo familiar.

Assim, ao longo da história, as diferentes sociedades apontaram seus doentes mentais com base em características variáveis, atribuíram-lhes funções distintas dentro dos grupos sociais e, desta forma, criaram modos específicos de “ser louco”.

Nossa intenção, neste trabalho, *não é* formar uma opinião do que é a *loucura* – uma vez que a construção histórica deste objeto é permeada por transformações profundas, dependendo da época –, muito menos apontar formas de agir diante dela. Esta pesquisa, na verdade, é parte de um projeto intitulado “Hospícios, manicômios, colônias, casas de acolhimento: discutindo saúde mental com base em questões históricas e sociais”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação de Minas Gerais *campus* Conselheiro Lafaiete, e buscamos, aqui, discutir questões socioculturais que perpassam a concepção de loucura ao longo da história.

Desta forma, percorremos alguns períodos da história da humanidade, desde a antiguidade clássica, a fim de compreendermos um pouco mais sobre a ideia de loucura, até o momento atual.

De acordo com Frighetto (2021, p. 60), “um dos maiores desafios do historiador é o de



definir o início e o fim de um determinado recorte cronológico”. É preciso entender, então, que a produção sobre qualquer momento é fruto das escolhas dos historiadores que produzem e reinventam a história, e que têm o poder de criticar mitos sobre os períodos, o tempo e as pessoas (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, podemos dizer que as periodizações tradicionais da história da humanidade têm origem francesa e foram construídas por historiadores, de forma artificial, a partir de um ponto de vista Europeu, com base em marcos cronológicos.

Ainda assim, optamos por usar esta periodização para fins didáticos, mas é preciso ter em mente que os momentos não acabavam de repente, como quem arranca uma folhinha do calendário. Muitas vezes, os pensamentos se sobrepunham ao longo do tempo, até que, por motivos socioculturais, um se tornasse mais predominante do que o outro no meio social.

Considerando esta divisão histórica, podemos dizer que passamos por diferentes concepções da loucura ao longo do tempo. Na antiguidade clássica, com as civilizações grega e romana – que se destacavam e deixavam um grande repertório de informações ao mundo civilizado – “a loucura tinha principalmente um caráter mitológico que se misturava à normalidade”. O louco era uma espécie de ponte com o oculto, com o invisível, uma vez que carregava todo o saber sobre o mundo e trazia notícias dos deuses – inclusive, esses decidiam o tipo de loucura de que a pessoa deveria ser acometida (VIEIRA, 2016). É fato que havia também quem enxergasse a loucura como força demoníaca, mas o que chama a atenção neste período é justamente a visão positiva em relação a alguém que se distanciava do que era considerado o padrão.

Já na Idade Média, momento permeado pelo teocentrismo, conservava-se a ideia de que “a doença física ou mental, bem como a moral, é resultante de perturbações exteriores, provocada por agentes – muitas vezes até sob formas materiais, pertencentes ao mundo sobrenatural, que podem ser benéficos ou maléficos” (MATIAS, 2015, p. 18). Assim, se os males do corpo ou da mente eram advindos do sobrenatural, em forma de possessões ou como punição de pecados anteriormente cometidos, a cura também deveria estar no campo místico. O corpo humano tornava-se lugar de conflitos de forças invisíveis, que ameaçavam o seu equilíbrio, numa luta perpétua entre forças opostas. Um dos meios para a cura e, ao mesmo tempo, afirmação do poder divino, era o milagre.

No século XVII, por sua vez, muitas casas de internamento foram criadas. No entanto, essas casas não eram específicas para “loucos” – apesar de que eles também acabavam internados –, mas eram sim destinadas aos pobres, doentes ou não, espontaneamente ou indicados pelo rei ou pelo judiciário. Assim, “a prática do internamento designa uma nova reação à miséria, um novo patético – de modo mais amplo, um outro relacionamento do homem com aquilo que pode haver de inumano em sua existência” (FOUCAULT, 2002, p. 56). De acordo com Amarante (1995), as casas de internamento ganharam a função de “hospedaria”. Esses espaços representam o espaço de recolhimento de toda ordem de marginais: leprosos, prostitutas, ladrões, loucos, vagabundos, todos aqueles que simbolizam ameaça à lei e à ordem social.

Já dos séculos XVIII ao XX, de acordo com Henna (2014, p. 3), a doença e pobreza se separam. “Mas e o louco? [...] novas questões se colocam: qual é seu lugar? Na prisão? Nos hospitais? Na família?”. Considerado fora do padrão social comportamental, passava a ser visto como aquele em que há apenas “desrazão”, tornando-o representante de risco social, passando a ser isolado. Surgiu ainda o tratamento moral, com base na teorias de Pinel e Tuke, baseado, e teoria, nas filosofias da Revolução Francesa de liberdade, mas bem diferente na prática. O paciente era livre para circular pelos espaços dentro do sanatório, desde que os portões maiores não fossem violados. Além disso, a ênfase de Pinel na circulação dos internos fora das celas, no trabalho, oferta



de música, literatura, convive com o uso de camisas de força, duchas frias, chicotadas, máquinas giratórias, sangrias, aprisionamento e punições para controle dos doentes, práticas consideradas parte do tratamento moral.

Desde então, os hospitais psiquiátricos adotaram diferentes nomes, como colônia, sanatório, manicômio, hospício. No entanto, a verdade é que esses eram apenas diferentes rótulos para um mesmo produto, uma vez que as práticas psiquiátricas eram as mesmas: choques elétricos sem regulação de voltagem (que levaram muitos à morte), lobotomia (intervenção cirúrgica cerebral feita com um picador de gelo, que deixou muitas pessoas incapazes de se comunicar, andar ou se alimentar), superlotação, fome, frio, abusos e maus tratos de todos os tipos. Isso quer dizer que o hospício do século XX, disfarçado de colônia, também apresentava punições mascaradas de tratamento, segregação e milhares de mortes prematuras. Citamos, como exemplo, o Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, onde 60.000 pessoas morreram devido ao descaso e abandono ao longo de oitenta anos de funcionamento.

Atualmente, a Reforma Psiquiátrica se configura como processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública.

## **METODOLOGIA:**

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica, a partir de busca, leitura, discussões e produção textual em reuniões do projeto, que contou com a presença de alunos do ensino médio para iniciação científica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Dizer que o descaso e a exclusão de pessoas com transtornos mentais, nos dias de hoje, acabaram, seria precipitado. É verdade é que se tem uma visão diferente dos séculos passados em relação à saúde mental, pelo menos em termos científicos e oficiais, considerando que a ideia, agora, é de prevenção e cuidado individualizado. No entanto, essa mudança é um processo gradual de mentalidade, que, muitas vezes, ainda tem como base estereótipos e uma concepção de “loucura” lá da idade média, apesar de estarmos na era da informação. Mitos que encontram reforço em alguns contextos, como “depressão é falta de Deus” (baseado na ideia de teocentrismo) ou “depressão é preguiça” (o que remete à era clássica da psiquiatria, quando “vadiagem” era punida com prisão), por exemplo, mostram o quanto ainda precisamos evoluir em termos de humanidade.

## **CONCLUSÕES:**

Traçamos, neste trabalho, uma linha do tempo sobre a percepção e o tratamento da loucura. Como é possível notar, a concepção foi se transformando desde a antiguidade clássica, passando pela ideia de “saber inatingível”, depois pela “possessão demoníaca” na Idade Média; no Renascimento, era vista como “ilusão”; depois, na era clássica, com a criação da psiquiatria como



ciência, a loucura foi entendida como “desrazão”; no século XX, passou a ser considerada “alienação”. Nos dias de hoje, no entanto, passamos por uma tentativa de Reforma Psiquiátrica, buscando a prevenção e promoção da saúde mental, bem como um tratamento humanizado para as pessoas com transtornos.

Apesar de termos evoluído muito em termos científicos e políticos, ainda há um longo caminho a se percorrer para a completa transformação de ideias que perduram desde a Idade Média no imaginário da população. No entanto, como sabemos, a busca e a conquista de direitos estão só começando, considerando a reforma psiquiátrica e o contexto de lutas atual em favor das pessoas com transtornos mentais.

### REFERÊNCIAS:

AMARANTE, P. (Coord.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2 Ed. Rio de Janeiro: Focruz, 1995.

ARBEX, D. Holocausto Brasileiro: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DAPE. COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE MENTAL. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

CUNHA, Sílvia Maria Fernandes Vilarinho da. Razão e Loucura: a perspectiva arqueológica de Michel Foucault. Dissertação (Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2002. 141 f.

ESQUINSANI, R. S. S.; DAMETTO, J. Questões de gênero e a experiência da loucura na antiguidade e na idade média. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4935>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FRIGHETTO, R. (2022). Entre a Antiguidade e a Idade Média: algumas considerações sobre a Antiguidade Tardia (séculos II – VIII). Revista Diálogos Mediterrânicos, (21), 59–71. Recuperado de <https://dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/432>

HENNA, Elizabete Satie. Loucura como doença: a emergência do conceito na modernidade. Anais... XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. 2014. pp. 1-9. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/28/1400288044\\_ARQUIVO\\_ElizabeteSHenna.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/28/1400288044_ARQUIVO_ElizabeteSHenna.pdf). Acesso em: 11 nov. 2024.

LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATIAS, Kamilla Dantas. A Loucura na Idade Média: ensaio sobre algumas representações. Dissertação. Mestrado em História. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2015. 81 f.



seminário  
de iniciação  
científica

ISSN 2558-6052



MBEMBE, A. (2003). Necropolitics. *Public Culture*, n. 15, v. 1, pp. 11-40.

OLIVEIRA, N. A. S de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 101–126, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/16347>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Pínel: a mania, o tratamento moral e os inícios da psiquiatria contemporânea. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, n. 3, 2004. pp. 113-116. Disponível em: [scielo.br/j/rlpf/a/rXNVvsX6rzFsX3wpVYdB4Lj/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/rlpf/a/rXNVvsX6rzFsX3wpVYdB4Lj/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 11 nov. 2024.

STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VEIRA, Willian. Quando ainda éramos loucos: como os transtornos mentais foram vistos ao longo da humanidade. *Revista Super Interessante*, Editora Abril, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/quando-ainda-eramos-loucos>. Acesso em: 23 abril 2024.